

O mês de julho foi marcado pelas reuniões das Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura (MAPA). Veja nesta edição da Newsletter "Notícias ACEBRA" o que foi tratado em cada um dos encontros.



## CÂMARA SETORIAL DO MILHO E SORGO

A reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo ocorreu no dia 11 de julho. Foram tratados alguns dos assuntos que mais preocupam o setor, entre eles a comercialização da safra após os impactos da tabela frete.

Gustavo Bracale, do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio do Ministério da Agricultura (DPI/MAPA) falou sobre o Agro+ Investimentos. O programa visa atrair investimentos externos para projetos nacionais no setor de agronegócios. Isso será feito através do cadastro de projetos e da apresentação deles para investidores estrangeiros em rodadas de investimentos.

O Chefe-Geral da Embrapa Milho e Sorgo, Antônio Purcino, apresentou os resultados do estudo realizado com agricultores da região do Matopiba. Por ser considerada a grande fronteira agrícola da atualidade e uma área que tende a expandir progressivamente, a Embrapa está auxiliando os agricultores a melhorarem as condições do solo e a produtividade das lavouras. Embora a região tenha dado um salto de produtividade nas culturas de soja e milho, ainda enfrenta grandes desafios no manejo e conservação do solo e na implantação de sistemas integrados de produção. Purcino chamou a atenção para a necessidade de realização da rotação de culturas. "A rotação de culturas é muito importante e, no sistema que predomina no Brasil hoje, a rotação de culturas não existe, o que existe é uma sucessão de culturas".

Thomé Luiz Freire Guth, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), falou sobre a conjuntura de mercado do milho. Guth destacou o aumento mundial de 13,25% no uso de milho para ração. Segundo dados do Imea, 13,67% da safra futura do Mato Grosso já foi vendida, aproveitando a alta do dólar, que chegou a ser avaliado em R\$ 4,00 por bushel.

O impasse da tabela frete também reflete no mercado do milho. A Conab prevê quebra nas exportações em julho por causa da alta dos fretes, gerando atraso na entrega dos contratos já fechados. Dessa forma, Guth advertiu, "o que está ditando o preço do milho hoje é o mercado interno – é a indústria do etanol que está disposta a pagar um pouco mais, é a granja que paga um pouco mais – esse preço não reflete a realidade das trades, que provavelmente trabalharão com rentabilidade ainda menor em função da alta dos fretes".

Alysson Paolinelli, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), que presidiu a reunião, chamou atenção para oportunidades que podem surgir no mercado externo. Por causa de uma nova política comercial entre China e Estados Unidos, é possível que os Chineses busquem outros mercados e além desse país, o México também aparece como um possível comprador do milho brasileiro. Paolinelli ressaltou que os chineses reconhecem que o milho brasileiro tem mais qualidade que o dos EUA, para ele "é preciso aproveitar a oportunidade para vender para esse público".

A ACEBRA foi representada na reunião por Celso Esper, da Associação das Empresas Cerealistas do Mato Grosso (ACEMAT).

**Agro+ Investimentos:** para saber mais ou submeter projetos para obtenção de financiamentos acesse [www.agricultura.gov.br/agro-mais-investimentos](http://www.agricultura.gov.br/agro-mais-investimentos).

## CÂMARA TEMÁTICA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Os membros da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) se reuniram no dia 23 de julho. As distorções feitas pela mídia sobre a nova lei de defensivos e a crise na entrega de fertilizantes tomaram grande parte dos debates.

Júlio César Busato, da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), foi reeleito Presidente do colegiado. Busato, que estava no seu primeiro mandato, permanecerá mais dois anos no cargo. Em seguida, foi votada a inclusão da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM) como membro da Câmara.

Luciana Carrasco, da Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica (ABIQUIFI), fez um relato sobre a lacuna regulatória que atinge os produtos não destinados à alimentação humana obtidos de fontes de origem animal. A Associação tem buscado a adequação da regulação das suas atividades desde a publicação do novo Regulamento e Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Segundo Luciana, "as associadas da ABIQUIFI encontraram-se num limbo regulatório", pois depois de mais de um ano da publicação do Decreto, ainda não foram definidos quais órgãos são responsáveis pela fiscalização no setor. Cesar Kirsch, advogado da Conjur/MAPA, esclareceu o que vem sendo feito pelo Ministério com relação às demandas da entidade e se comprometeu em auxiliar na resolução das dificuldades enfrentadas pela ABIQUIFI.

Jefferson Costa, da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Embrapa participou da reunião. O pesquisador informou que Embrapa está empenhada em se reaproximar do setor produtivo e uma das formas é por meio da participação ativa em todas as câmaras setoriais e temáticas do MAPA. Na oportunidade, apresentou o estudo "Visão 2030 - O Futuro da Agricultura Brasileira", que representa uma prospecção do futuro do agronegócio brasileiro e tem como objetivo reduzir riscos e tendências não desejadas e tornar o setor cada dia mais competitivo. Para Costa o "enfrentamento de riscos de forma articulada é absolutamente necessário e as prioridades precisam ser traçadas em conjunto, entre o setor público e privado".

A respeito do mercado de insumos, David Roquetti Filho, diretor-executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) apresentou um panorama preocupante. Ele explicou que tomada de decisão quanto às entregas de fertilizantes para o Brasil é feita três meses antes da entrega. Como o pico de entregas ocorre em outubro, estamos em um mês crítico para que essa tomada de decisão ocorra e o período coincidiu com as incertezas quanto aos valores de fretes no país. A crise dos transportes atingiu o setor no momento da sua maior intensidade de encomendas e o impacto já é sentido na maioria dos estados. O centro-oeste apresenta o maior impacto por causa das longas distâncias, a entrega de fertilizantes caiu 7% no Mato Grosso e 25% no Mato Grosso do Sul. Para Roquetti Filho a situação é gravíssima e acertará em cheio a próxima safra.

Edvandro Seron, da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), falou sobre a Nova Lei dos Defensivos (Projeto de Lei nº 6299/02). Ele traçou um paralelo entre o texto da lei antiga e o novo texto do projeto de lei aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, desmistificando algumas distorções que foram propagadas pela imprensa e por influenciadores. Segundo Seron, "a lei tem 30 anos, houve mudança de nomenclatura de agrotóxicos para pesticidas. O novo projeto de lei não alterou o conceito da lei anterior".

O presidente da CTIA pediu apoio do Ministério da Agricultura. "O ministério precisa dar um suporte maior para esclarecer deputados e também a população quanto ao teor da modernização da lei". O Projeto de Lei ainda precisa ser aprovado no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. De acordo com Edvandro Seron, por causa das eleições, a nova lei deve ser encaminhada para sanção presidencial, após aprovação nas duas casas do Congresso, apenas no primeiro trimestre de 2019.

A próxima reunião da Câmara Temática de Insumos Agropecuários acontecerá no dia 24 de setembro, no Ministério da Agricultura.

## CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DE CULTURAS DE INVERNO



No dia 24 de julho foi a vez dos membros da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno se encontrarem. Atualizações sobre a conjuntura do trigo em diversos estados, tendências do mercado nacional e internacional e limite de micotoxina DON no trigo foram os principais tópicos abordados.

Dando sequência à estratégia de integração com setor produtivo, Jefferson Costa, da Embrapa, apresentou para as entidades presentes os principais tópicos do estudo "Visão 2030 – O Futuro da Agricultura Brasileira". A apresentação já foi feita em outras Câmaras e seguirá em outros colegiados de interesse.

Rodrigo Souza, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), apresentou as Tendências do Mercado do Trigo, baseado no Relatório sobre oferta e demanda mundial do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e no levantamento da própria Companhia, ambos desse mês. De acordo com o USDA, esta é a menor produção de trigo dos últimos três anos, fazendo com que o estoque mundial fique em 260 milhões de toneladas. Esse cenário se dá por causa da seca em países como Austrália, Rússia e Ucrânia.

No Brasil, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, responsáveis por 85% da produção nacional, já estão com o plantio praticamente encerrado. Os preços praticados estão acima do preço mínimo sugerido. A estimativa é de aumento de 4,9% na área semeada, estimada em dois milhões de hectares, resultando numa produção de 4,9 milhões de toneladas. Quanto à importação do trigo, em junho o Brasil importou 585 mil ton de trigo, sendo que a Argentina foi responsável por 84% desse montante.

Vicente Barbiero, representante da ACEBRA, enfatizou que o colegiado precisa discutir a reformulação dos editais de prêmio da Conab, pois como estão não é possível que empresas cerealistas participem. "A linguagem deve ser entendida por todos, ela deve deixar de ser uma linguagem técnica". Vale lembrar que a Câmara já havia constituído um grupo de trabalho que sugeriu uma nova redação para os editais e o processo encontra-se na Secretaria de Políticas Agrícolas (SPA). Gustavo Firmo, da SPA/MAPA, comprometeu-se em verificar o andamento do pleito.

Luiz Carlos Caetano, da Associação Brasileira das Indústrias do Trigo (ABITRIGO), falou sobre a regulação pela Anvisa dos limites da micotoxina DON (desoxinivalenol) para o trigo e seus derivados. A cadeia produtiva está preocupada com a inviabilidade do cumprimento dos limites que passarão a vigorar em janeiro de 2019, já que as pesquisas não estão acompanhando as exigências de redução. Para acompanhar os limites de DON estabelecidos, há uma perda de até 10% do produto. Os membros da Câmara decidiram encaminhar um ofício para a Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS/MAPA), solicitando o auxílio para a realização da reunião com a Anvisa e revisão da norma.

Também foi abordada a necessidade de criação de novos padrões de classificação do trigo e cogitaram a possibilidade de passar a usar o padrão internacional de classificação, o que já atenderia o exportador. A Embrapa Trigo já foi demandada para realizar um estudo sobre a classificação do produto. Diante disso, a Câmara irá convidar o Chefe-Geral da empresa, Osvaldo Vasconcellos, para participar da próxima reunião e explicar se já houve avanços no estudo. Outra providência que será tomada pelo colegiado é a criação de grupo de trabalho para estudar uma proposta de classificação e unificar o entendimento sobre o tema.

No encerramento da reunião, os participantes demonstraram preocupação com as indefinições sobre a nova política de preços para o frete de cargas. Houve um consenso sobre a inaplicabilidade dessa política.

A próxima reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno ocorrerá no mês de outubro.

Saiba mais sobre o documento "Visão 2030 – O Futuro da Agricultura Brasileira" em [www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira](http://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira).

### ARTIGO

#### A quem interessa tabelar o frete?

Entre as respostas do governo para enfrentar a paralisação dos caminhoneiros em maio deste ano, a mais atabalhoada e inconsequente é sem dúvida a proposta de tabelar os preços do frete. Chamem do que quiser, piso ou custo mínimo, trata-se de obrigar todos os contratantes de frete a se submeterem a uma tabela de valores mínimos a serem pagos aos transportadores e caminhoneiros. Esta iniciativa não sobrevive a dois minutos de um debate econômico, jurídico e social. Não só deixaríamos de resolver os problemas dos caminhoneiros, como teríamos um potencial de gerar tantas distorções que, em um curto espaço de tempo, seríamos obrigados a conviver com novas paralisações, se estendendo inclusive a outros segmentos da economia. Como resultado e tardiamente, o governo teria que assumir a trapalhada e, após alguns bilhões de reais em prejuízos à economia, desfazer as medidas que implementou.

Não se trata de um exercício de futurologia, vamos aos fatos. A paralisação dos caminhoneiros nos fez refletir sobre os graves problemas que o país enfrenta em sua logística. Somos absurdamente dependentes do modal rodoviário, em um país de dimensões continentais, com estradas em estados lastimáveis e pedágios impeditivos para o usuário do transporte rodoviário.

No meio disso tudo, encontra-se o caminhoneiro, profissional que luta para se manter e ter condições mínimas de sobrevivência em um ambiente regulatório confuso, custos operacionais estratosféricos, retração econômica com pouca oferta de carga, endividamento estimulado por oferta de financiamentos a juros reais negativos - que se mostraram impagáveis no longo prazo-, excesso de caminhões no mercado, agenciadores de cargas que abocanham uma boa margem dos seus ganhos, entre outros tantos problemas que culminaram com um "basta" pelo setor, pois nunca experimentamos de forma tão contundente quanto nesta última paralisação.

A tabela em nada, absolutamente nada, combate esses problemas reais que o caminhoneiro enfrenta. Hoje existem regulações que disciplinam vale-pedágio, pagamento eletrônico de frete, estadias, tempo de direção entre outras tantas medidas que foram criadas para melhorar as condições de trabalho dos caminhoneiros e simplesmente são negligenciadas ou desrespeitadas por todos, inclusive pelo próprio caminhoneiro. Com a disputa de frete em vários pontos de embarque, o caminhoneiro oferta o seu serviço ou aceita as condições mínimas para se tornar competitivo sem um critério econômico ou mesmo regulatório. Neste ambiente, a tabela será mais uma imposição regulatória a ser desrespeitada, aumentando as assimetrias entre aqueles operadores que nunca atenderam a legislação em relação aos contratantes de frete que seguem os normativos. Aqueles que respeitam a legislação perderão ainda mais a competitividade com o passar do tempo. Nesse cenário, quem cumprir a legislação precisará escolher: sair do mercado ou aumentar as fileiras do mercado paralelo de frete, que alimentariam grande parte das operações.

Outra armadilha que o governo está criando para ele próprio é a previsão da revisão da tabela nos dias 20 de julho e 20 de janeiro, todo o ano. Esse dispositivo está previsto no texto da MP nº 832 aprovado pelo Congresso Nacional. Ou seja, duas vezes por ano, as lideranças dos caminhoneiros estarão prontas para pressionar o governo a adotar parâmetros que atendam suas bases, com critérios subjetivos e imprecisões técnicas. Caso achem que isso não pode acontecer, peguem como exemplo a edição da Resolução nº 5820 da ANTT. Editada às pressas pela agência três dias após a publicação da Medida Provisória nº 832, para atender às pressões dos caminhoneiros, a tabela apresentou erros flagrantes, ao ponto de um frete de carga refrigerada ser mais barato que uma carga de calcário. Erros básicos, reconhecidos pela própria agência, que acabou publicando uma segunda tabela com a Resolução nº 5821, com parâmetros mais aderentes à realidade, mas também com imprecisões.

Essa segunda tabela não sobreviveu mais do que cinco horas. Após uma pequena ameaça de paralisação pelas lideranças dos caminhoneiros em Brasília, o governo, amedrontado, voltou atrás e reestabeleceu os parâmetros absurdos da primeira tabela.

Enquanto isso, o caminhoneiro está lá, no ponto de embarque, lutando por uma carga, acreditando na solução da tabela defendida por suas lideranças em Brasília, uma realidade totalmente descasada com a sua e sem enfrentar os reais problemas do setor.

Governo acuado que implementou uma solução que não resolverá o problema dos caminhoneiros, aumentará a inflação, irá gerar incertezas no mercado, ampliará a informalização do frete e, no nosso entender, flagrantemente inconstitucional. Com a palavra e a nossa maior esperança, o Judiciário.

Roberto Queiroga  
Diretor-Executivo da ACEBRA